

TECNOPOLÍTICAS URBANAS:

TECNOLOGIAS DIGITAIS E CRISE DEMOCRÁTICA

PROF. DR. MARCELO MAIA (UFMG)

PROFA. ANA ISABEL DE SÁ (IFMG CAMPUS SANTA LUZIA)

RESUMO GERAL

A sessão livre *Tecnopolíticas Urbanas: tecnologias digitais e crise democrática* propõe debater sobre as relações entre o uso crescente das redes digitais de comunicação e os processos de transformação do espaço urbano. Compreende-se que estas tecnologias conformam, atualmente, parte indissociável da experiência e da organização das metrópoles contemporâneas, promovendo a fusão da sua dimensão físico-territorial com o universo informacional. A incorporação de recursos computacionais à produção espacial acontece de maneira ampla, e abrange desde *softwares* voltados prioritariamente ao objeto arquitetônico e urbanístico, às chamadas “cidades inteligentes” (*smart cities*), que exploram a informática em busca de uma maior eficiência na gestão de recursos urbanos e ambientais, tornando a cidade competitiva globalmente. e de concorrência no mercado global. Sua infiltração gradativa no ambiente transforma as maneiras pelas quais o espaço é experimentado, modificado e representado, fazendo com que, nas grandes cidades, o universo físico e o informacional se associem tão profundamente que não faça mais sentido analisá-los como fenômenos distintos. A contaminação da socialização humana pelas redes digitais de comunicação, contudo, se manifesta de maneira controversa – envolvendo questões como privacidade, vigilância e o fortalecimento de um modelo de urbanização pautado pela conquista de investimentos no cenário global –, diretamente relacionada às transformações em curso nos modos de produção, de trabalho e de consumo. Paralelamente, se observam, também, oportunidades para a aplicação desses recursos em iniciativas de articulação cidadã, de cooperação intelectual e de livre disseminação do conhecimento, revelando o potencial democratizante do desenvolvimento tecnológico.

Por um lado, identifica-se grande potencial em iniciativas identificadas como urbanismo entre pares, arquitetura *open source*, cidade *copyleft*, ou *wikitetura*, dentre outros. Baseadas na cultura de *software* aberto e do conhecimento livre, essas propostas tomam emprestado o vocabulário próprio ao universo informacional para aplicá-lo à produção colaborativa do espaço urbano. Sob esse ponto de vista, vários projetos vêm sendo desenvolvidos visando promover a interação *in situ*, intensificar o intercâmbio com o contexto urbano e ativar processos colaborativos. Observa-se o surgimento de ferramentas com grande capacidade de reunir atores de diferentes origens, escalas e naturezas: cidadãos isolados, poder público, organizações não governamentais, grupos da sociedade civil organizada e empresas privadas, etc. O uso crescente de telefones celulares conectados à

internet proporciona às redes de comunicação um potencial de mobilidade até então inédito, expandindo suas oportunidades de aplicação na esfera territorial.

O desenvolvimento cartográfico aliado a instrumentos colaborativos constitui uma importante frente metodológica a se explorar. A consolidação das técnicas de georreferenciamento amplia as condições de compreensão da realidade territorial e pode se vincular a interfaces interativas para expandir as possibilidades de participação cidadã. Mapas produzidos coletivamente fornecem informações úteis, constantemente atualizadas, sobre o contexto urbano podendo ter mecanismos que conectam os usuários entre si, ou que os conectam à administração pública, promovendo o estreitamento das pontes entre instituições e cidadãos e permitindo maior transparência. Sob o princípio da livre produção de conhecimento, presenciaram-se ações que se baseiam no livre intercâmbio de informação voltada à transformação espacial, tais como: métodos construtivos, projetos arquitetônicos, soluções para intervenções em situações de emergência, etc. Plataformas desse tipo ampliariam e democratizariam o acesso a uma produção em geral restrita a setores específicos da sociedade, oferecendo mecanismos de construção e de gestão do espaço a grupos sociais variados. A inteligência coletiva seria estimulada a partir da criação conjunta, multiplicando o conhecimento sobre os assuntos abordados e fazendo surgir novas táticas e instrumentos de ação e de autogestão.

O contexto político atual – tanto na esfera nacional quanto na mundial –, no entanto, sinaliza uma dispersão de grupos e setores mais vulneráveis da sociedade reduzindo sensivelmente sua efetiva participação na política e na gestão democrática das cidades; de redução de oportunidades para a participação popular nas políticas públicas e de riscos a conquistas democráticas alcançadas ao longo das últimas décadas. Essas transformações recentes prometem trazer impactos significativos às políticas urbanas e aos processos de produção e uso do espaço das cidades. Observa-se que a dispersão de grupos organizados da sociedade e a desvalorização dos processos democráticos é resultado imediato das tecnologias digitais e das redes de comunicação em processos de desinformação generalizados que impedem a coesão social e a visualização de problemas comuns.

Dessa forma, urge discutir sobre as disputas que permeiam o universo informacional, os mecanismos de vigilância e produção de subjetividade que o atravessam e questionar a respeito das ferramentas e métodos a serem explorados em um contexto de crise democrática.

PLATAFORMAS TECNOLÓGICAS

MICHELE BRITO (PPGCC-UFMG)

JÉSSICA BORGES (EA-UFMG)

Plataformas Tecnológicas é a consolidação dos processos metodológicos feitos pelo Indisciplinar desde sua criação em 2012. Entendemos tecnopolíticas como desenvolvimento colaborativo de tecnologia social aberta e reaplicável, baseando-se em iniciativas como os movimentos open source e entre pares, que promovem o livre compartilhamento de conhecimento a partir de novos modelos de licenciamento de conteúdo. Dentre as

atividades desenvolvidas, uma frente importante é o desenvolvimento do IndAtlas, uma plataforma de pesquisa urbana colaborativa. Ela possibilita o trabalho através da lógica do método Indisciplinar, que é organizado em quatro eixos principais: espacial/territorial, temporal, comunicacional/social e conceitual/informacional. Em outra frente está a pesquisa sobre os dados produzidos nos serviços públicos e em aplicações privadas de mídia locativa, em um posicionamento crítico quanto ao conceito de cidades inteligentes. Buscamos compreender a dimensão política, principalmente no que diz respeito às políticas de uso, distribuição e compartilhamento dos dados coletados entre usuários, poder público e empresas. Sempre em conexão com outras ações do grupo de pesquisa e de parceiros, o projeto Plataformas Tecnopolíticas busca produzir ferramentas e em paralelo lançar um olhar crítico sobre elas e sobre o que está sendo feito no espaço urbano como um todo.

PLATAFORMA CARTOGRAFIAS DO RIO DOCE

Paula Guimarães (NPGAU-UFMG)

Raul Lemos dos Santos (EA-UFMG)

Após três anos do rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG de propriedade da Samarco (Vale e BHP Billiton), o desastre-crime na bacia do Rio Doce e litoral atingido segue em curso sem sinalizar desfechos satisfatórios no que tange a justa indenização e o restabelecimento dos modos de vida das comunidades atingidas. Compreende-se que tal ineficiência está associada à falta de controle social sobre o processo. Todavia, a partir do uso de instrumentos extrajudiciais de resolução de conflitos, os procedimentos de resposta ao desastre-crime são canalizados para a esfera privada, favorecendo o controle empresarial sobre o processo de reparação e o território atingido. Além do domínio sobre a esfera institucional, a numerosidade e complexidade de acontecimentos e informações, assim como a restrição ao acesso a estas pelo uso de linguagem inadequada à realidade das comunidades atingidas também dificultam a sua participação. Diante deste panorama, a Plataforma Cartografias do Rio Doce objetiva realizar uma leitura sistêmica e trans-escalar dos principais desdobramentos do desastre-crime. Busca-se, com a ferramenta, fortalecer as redes de resistência, ao sistematizar as informações, fornecendo uma leitura situada dos dados oficiais e identificar ações estratégicas, contribuindo em certa medida com a democratização da participação social nos processos de reparação.

Planejamento popular e ativismos cartográficos na cidade do Rio de Janeiro: perspectivas recentes de afirmação simbólica e territorial

Luis Régis Coli (IPPUR/UFRJ)

Renato Emerson dos Santos (IPPUR/UFRJ)

No Rio de Janeiro, intervenções urbanas recentes vinculadas à realização de megaeventos esportivos vêm possibilitando novas frentes de expansão do capital imobiliário e impondo a antigos moradores processos de deslocamento (compulsório, efetuado por agentes do Estado, ou por dinâmicas de aumento de preços de mercado fundiário e imobiliário). Das formas de resistência constituídas por grupos subalternizados nestes projetos, observamos aqui o recurso a disputas simbólicas pela significação e pela representação do espaço, como estratégias de embates territoriais. Produção de cartografias alternativas desenvolvidas no seio de iniciativas de planejamento popular por comunidades como da Vila Autódromo e Vargens, e a ressignificação simbólica de porções do espaço (re)configurando memórias e lugares, por grupos na área central reclamada como Pequena África, são ações coletivas de resistência – política e simbólica – destas lutas sociais. A partir destes casos, discutiremos possibilidades e desdobramentos do fazer de grupos subalternizados que tomam como objetos de sua ação política as distintas representações do espaço – sua história, seus sentidos (a própria construção e existência de lugares) e sua representação cartográfica. Ativismos cartográficos, ativação de memórias históricas e nexos identitários constituindo referenciais de lugares, entre outras formas de disputas pelo espaço e sua representação.

Contracartografias e tecnopolíticas: Projeto “SP S.A. Negócios e Participações Imobiliárias, um sistema em tempo real”

David M Sperling (NEC.IAU.USP)

Articulações entre tecnologia, estética e política presentes na produção de cartografias podem tornar visíveis importantes relações de poder presentes em um determinado território. Nesta perspectiva, a pesquisa e produção de “contracartografias” por meio da articulação de saberes e fazeres dos campos da arte, da geografia, do urbanismo e da ciência da informação, tem contribuído para intervenções estético-políticas que colocam em disputa estratégias de poder, ocupações de territórios e os agenciamentos entre sujeitos participantes de produções cartográficas. Tomando-se como referência o conceito de “estética do mapeamento cognitivo” de Fredric Jameson e trabalhos de Bureau D’Etudes (França), Iconoclastas (Argentina), e mais diretamente, o trabalho “Shapolsky et al. Manhattan Real Estate Holdings, a Real-Time System, as of May 15, 1971” produzido pelo artista alemão Hans Haacke, serão apresentados resultados preliminares do projeto “SP S. A. Negócios e Participações Imobiliárias, um sistema em tempo real” em realização pelo Núcleo de Estudos das Espacialidades Contemporâneas (NEC.USP). Este projeto vem sendo compreendido como um laboratório com dois objetos de estudo: as próprias contracartografias como inventividades tecnopolíticas, e um sistema territorial-financeiro em operação na cidade de São Paulo, composto por instâncias que englobam poderes transnacionais e supraestruturais e articulações fenomênicas e locais, duas escalas que estão inextricavelmente conectadas com a produção do urbano no contexto contemporâneo.

O fenômeno cidades inteligentes: um cartografia crítica

Prof. Dr. Bruno Massara Rocha (UFES)

Katherine Santo Athié (UFES e SEDURB/ES)

A tecnologia digital é uma das bases de um fenômeno bastante em voga no âmbito urbano: as cidades inteligentes. Esta proposta tem como objetivo apresentar uma cartografia crítica dos discursos associados ao conceito de cidades inteligentes sob a ótica das relações de poder que ele induz, tentando responder às seguintes perguntas: a quem interessa construir as cidades inteligentes? Quem, de fato, beneficia-se com tal modelo tecnológico? Em uma análise preliminar dos discursos é possível notar com bastante ênfase valores e interesses corporativos e políticos que adotam o modelo tecnológico como um mecanismo urgente de promoção do bem-estar social. O pensamento de Foucault (2014) nos auxilia na compreensão dos poderes subjacentes ao discurso sobre cidades inteligentes e na análise da subjetividade e relações de poder nele envolvidas. Adotando um discurso de grande penetração social, como sustentabilidade e segurança, os interesses corporativos manobram o tema em direção a um universo de grande apelo comercial e vinculação política, mas sem grandes reflexões sobre como as tecnologias que as operam podem enriquecer a experiência e a gestão das cidades sob a ótica de seus habitantes. Portanto delinea-se, assim, um campo discursivo tecnopolítico ausente de reflexões de caráter mais molecular este que, ao contrário, implicaria proposições mais sociais, subjetivas, participativas e cooperativas.
